



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680168 - SE (2021/0219337-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : MAURO CELSO CAETANO JUNIOR
ADVOGADO : MAURO CELSO CAETANO JÚNIOR - SP228911
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : MARCO ANTONIO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCO ANTONIO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (N. 0008882-46.2021.8.25.0000).

O paciente foi condenado à pena de 1 mês em regime aberto, sendo posteriormente convertida para o regime semiaberto, e, por fim, foi determinada a regressão de regime para o fechado (fl. 33).

Sustenta que a pena foi integralmente cumprida e requereu a extinção da punibilidade que, até o momento, não foi concedida.

Requer, liminarmente, a expedição do alvará de soltura em razão do cumprimento da pena. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso em análise, o impetrante não juntou aos autos documento que demonstre a real situação do ora paciente. Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do(s) documentos essenciais à instrução.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente